



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 17 de maio de 2012

JORNAL DO COMMERCIO	
CAPA	1
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Frente & Perfil	2
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
Trimestre ruim amplia pessimismo	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Trimestre ruim amplia pessimismo (continuação)	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Indústria	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Tablet e Celular	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Amazonas	7
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
A produção de componentes no PIM	8
ECONOMIA	
A CRITICA	
CAPA	9
CAPA	
A CRITICA	
Suframa coordena ajuda	10
ECONOMIA	
A CRITICA	
Impasse	11
ECONOMIA	
A CRITICA	
ZFM: 1º trimestre negativo	12
ECONOMIA	
A CRITICA	
IBGE	13
ECONOMIA	
A CRITICA	
Redução de alíquota	14
ECONOMIA	
A CRITICA	
Até 60 dias para pagar ICMS	15
ECONOMIA	
A CRITICA	
Júlio Ventilari	16
BEM VIVER	
AMAZONAS EM TEMPO	
Lei de Acesso	17
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
PIM volta a fabricar produtos Gradiente	18
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Faturamento do polo recua 3,4%	19
ECONOMIA	

AMAZONAS EM TEMPO Créditos fiscais em discussão	20
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Comércio vai ter prazo maior para pagar ICMS	21
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Lei de Acesso à informação entra em vigor e instituições tentam se adequar	22
POLITICA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Gradiente retorna ao mercado sem gerar empregos e produção no PIM.....	23
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Gradiente retorna ao mercado sem gerar empregos e produção no PIM (continuação)	24
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Comércio terá prazo maior para pagamento do ICMS.....	25
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Amazonas foi apenas o 3º que mais empregou na Região Norte.....	26
ECONOMIA	

CAPA

Fraco desempenho do PIM gera pessimismo

No primeiro trimestre do ano, a retração do faturamento do PIM foi de 3,41% frente a igual período do ano passado e metade dos 18 principais segmentos apurados apresentaram queda

Frente & Perfil

FORÇA

Depois de receber uma comitiva de executivos da empresa 3M do Brasil, na tarde de terça-feira (15), para apresentarmos investimentos futuros no Estado, o presidente da ALE-AM, Ricardo Nicolau (PSD), disse que o interesse da empresa em crescer no cenário local reafirma a força do modelo Zona Franca.

Trimestre ruim amplia pessimismo

Por Juliana Geraldo

Cresce o pessimismo dos representantes da indústria amazonense em relação ao desempenho da atividade este ano. A projeção negativa dos dirigentes foi reforçada pelo resultado dos indicadores da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), divulgados na tarde de ontem.

Segundo o levantamento, no primeiro trimestre do ano, a retração foi de 3,41% frente a igual período do ano passado. Metade dos 18 principais segmentos apurados, apresentaram queda entre janeiro e março, entre eles o químico, o terceiro mais representativo para o PIM, que com faturamento de US\$ 1,16 bilhão recuou 2,14% no período.

Além disso, o segmento eletroeletrônico e o de duas rodas, os dois maiores responsáveis pelo faturamento do polo, anotaram crescimentos pouco expressivos.

O polo eletroeletrônico (somado a produção de bens de informática) totalizou US\$ 3,91 bilhões no trimestre, incremento de apenas 2,16%. No ano passado, neste mesmo período, a produção de eletroeletrônicos apresentou um crescimento de 20,50% na comparação com 2010 e a fabricação de bens de informática registrou aumento de 25,55%.

Na esteira do fraco desempenho, o polo de duas rodas também cresceu somente 0,37% com o faturamento de US\$ 2,13 bilhões.

Até mesmo o polo naval que vinha alcançando um bom desempenho-acrécimo de 57,41% no primeiro trimestre de 2011-, neste ano conseguiu apenas um incremento de 0,14%.

O presidente do Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Wilson Périgo, avalia a situação atual ainda como reflexo da pressão dos produtos importados da Ásia e afirma que a retomada do setor será lenta. "Além de o governo federal ter demorado para implementar medidas de combate às importações de estímulo ao consumo -como cortes na taxa Selic- a retomada é lenta. A indústria precisa se preparar, comprar insumos, se abastecer, fechar novos pedidos até registrar o

Trimestre ruim amplia pessimismo (continuação)

aquecimento".

Para o vice-presidente da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas) e presidente do Sinmen (Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Eletrônicos de Manaus), Athaydes Félix, boas notícias para a indústria só podem ser esperadas a partir de junho.

Segundo Périgo, a superação do setor será difícil até mesmo para o segundo semestre. "Com o resultado negativo dos primeiros meses do ano, precisaríamos que os nove restantes fossem muito melhores, o que acreditamos ser uma meta de difícil alcance. Se conseguirmos pelo menos manter o mesmo nível do ano passado, estaremos satisfeitos", emendou.

Empregos

Quanto aos empregos, o PIM registrou aumento de 2,48% na Mão de obra contratada -entre efetivos, temporários e tercei-

rizados -no primeiro trimestre do ano, com 117.516 trabalhadores.

Já os números de março com relação aos empregos de fevereiro (118.385) aponta para uma queda de 0,73%, causada, de acordo com a Suframa, por uma retração de vagas nas fábricas de motocicletas e condicionadores de ar do tipo split.

"Esses segmentos tiveram problemas pontuais -como a invasão dos splits importados e a falta de crédito para compra parcelada das motocicletas - que precisam e começam a ser resolvidos", justificou o superintendente da autarquia, Thomaz Nogueira.

No entanto, os números do Sindmetal-AM (Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas) indicam que o número de demissões cresceu 104% no primeiro trimestre de 2012 com 6.208 pessoas desligadas do PIM. No mesmo intervalo do ano anterior, o sindicato havia registrado

Esses segmentos tiveram problemas pontuais - como a invasão dos splits importados e a falta de crédito

Thomaz Nogueira,
da Suframa

3.043 desligamentos.

Na opinião do presidente do Sinaees (Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus), Celso Piacentini, a importação deve continuar 'assustando' o Polo Industrial de Manaus. "Seguimos com queda na produção de condicionadores de ar, telefones, motocicletas. O cenário de insegurança continua", lamentou.

Números

PRINCIPAIS SETORES

▲ SOBE		
Vestuário e Calçado	US\$ 7,56 mi	+ 74,95%
Beneficiamento da borracha	US\$ 1,47 mi	+ 15,16%
Mobiliário	US\$ 10,22 mi	+ 9,12%
Papel e Papelão	US\$ 57,87 mi	+ 8,22%
Ótico	US\$ 36,21 mi	+ 4,08%
Isqueiros e canetas	US\$ 192,38 mi	+ 2,45%
Eletroeletrônico		
(incluindo bens de informática)	US\$ 3,91 bi	+ 2,16%
Duas Rodas	US\$ 2,12 bi	+ 0,37%
Naval	US\$ 18,41 mi	+ 0,14%

▼ DESCE		
Têxtil	US\$ 2,19 mi	- 40,31%
Metalúrgico	US\$ 475,60 mi	- 33,86%
Mecânico	US\$ 316,67 mi	- 20,74%
Produtos alimentícios	US\$ 16,93 mi	- 11,93%
Termoplástico	US\$ 450,43 mi	- 10%
Brinquedos	US\$ 10,49 mi	- 5,43%
Químico	US\$ 1,143 bi	- 2,14%
Bebidas	US\$ 52,148 mi	- 1,16%
Madeireiro	US\$ 9,29 mi	- 0,05%

Indústria

CNI crê em recuperação com dólar a R\$ 2

Presidente da entidade disse que o ideal seria se a taxa de câmbio estivesse entre R\$ 2,40 e R\$ 2,60

O presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Robson Andrade, comemorou o patamar atual da taxa de câmbio, com o dólar valendo ao redor de R\$ 2,00. Segundo Andrade, o valor dá

"competitividade e isonomia" para a indústria brasileira em relação aos produtos importados.

O presidente da CNI disse que o ideal para a indústria seria se a taxa de câmbio estivesse entre R\$ 2,40 e R\$ 2,60. Mas, de todo o

modo, ele avalia que já é suficiente para que haja uma recuperação da indústria.

Andrade afirmou que, no primeiro trimestre do ano, a indústria exibiu indicadores de atividade econômica piores do que no mesmo

período do ano passado, mas o mês de maio já sinaliza uma recuperação. Ele aposta que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro fechará o ano com uma expansão de 3,0% a 3,5%, e o PIB industrial, que antes dava sinais de um resultado difícil,

terminará 2012 com crescimento de 2,5% a 3,0%.

Ele destacou que, com a alta do dólar, as empresas que importavam componentes precisarão substituí-los por similares nacionais, o que deve elevar a taxa de ocupação da

indústria, que pode atingir o nível de 83%. As afirmações do presidente da CNI foram feitas a jornalistas nesta quarta-feira, após a reunião do Fórum Nacional da Indústria, que reuniu empresários e senadores, na sede da entidade, em Brasília

Tablet e Celular

Gradiente volta ao mercado mundial

Segundo o presidente da empresa, meta é lançar 20 produtos até o final do ano, que serão vendidos através do site

A CBTD (Companhia Brasileira de Tecnologia Digital), responsável pelo arrendamento e administração da marca Gradiente, relança produtos nas linhas de entretenimento, além de telefonia móvel e dois modelos de tablet, um deles para o público infantil. O preço dos tablets será de R\$ 999 cada. O celular a ser lançado terá como público-alvo famílias, pois inclui uma tecla de SOS para chamadas de urgência e rastreador GPS para localizar crianças, idosos e adolescentes. A empresa não vai produzir os itens, mas terceirizá-los com parceiros.

Segundo o presidente da CBTD, Fabio Vianna, a meta é lançar 20 produtos até o final do ano. Os produtos da marca serão comercializados por meio de um site na internet da Gradiente e em redes varejistas. A operação de e-commerce começou na segunda-feira com os tablets e aparelho de Blue-Ray. "O e-commerce deve largar na frente, até que o varejo comece a vender os produtos a partir de junho. Já estamos em negociação com as grandes redes",

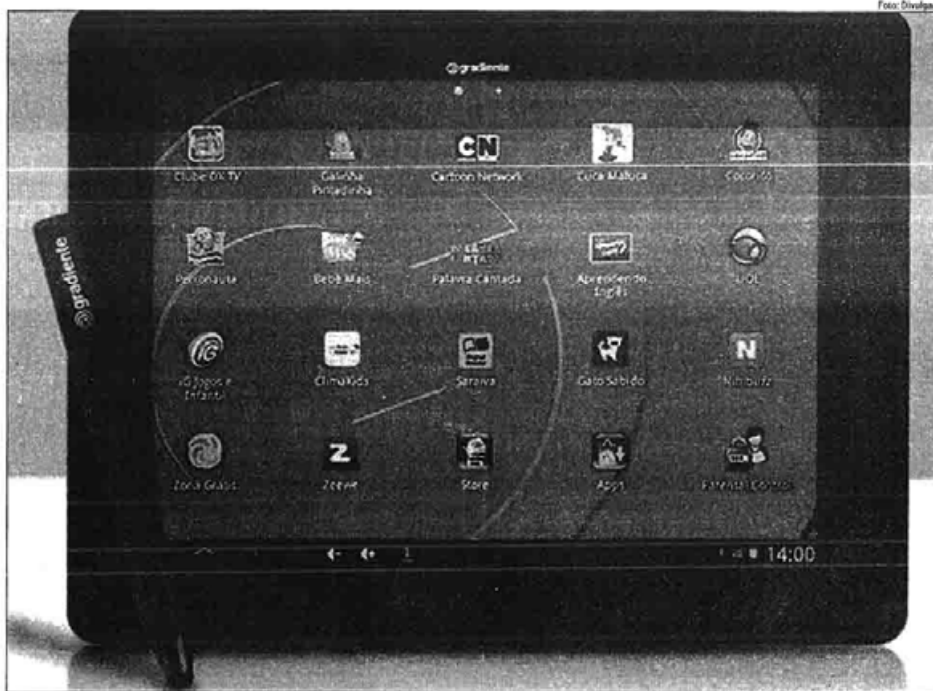


Foto: Divulgação

afirmou Vianna, completando que "o grande varejo necessita de volume e condições comerciais mais difíceis".

A meta da companhia para este Natal é vender 50% no varejo físico e 50% na internet. A CBTD não informou, porém, projeção de faturamento e volume. "O objetivo não será ganhar fatia de mercado, mas sim focar em poucas marcas para obter rentabilidade e remunerar os acionistas", completou o executivo. O foco da empresa será atingir a classe média.

Foram investidos R\$ 68 milhões para a criação da empresa, a CBTD, no final do primeiro semestre de 2011. O valor se refere ao aporte de quatro investidores: Agência de Fomento do Estado do Amazonas, o grupo americano Jabil e os fundos Petros e Funcef Eles detêm em conjunto 60% das ações da empresa, no Fundo de Investimento em Participações (FIP) Enseada. Os 40% restantes estão com a família Staub e acionistas minoritários. Vianna afirmou que os resultados da CBTD vão ainda para pagar o arrendamento da marca Gradiente, cujo contrato é de R\$ 389 milhões.

Meta da companhia para este Natal é vender 50% no varejo físico e 50% na internet. Foco da empresa é atingir a classe média

Amazonas

Mais empresas, novos desafios

Dados do IBGE mostram crescimento de 25% no número de unidades de comércio e serviço no Amazonas

Emyle Araújo
Especial para o JC

O número de empresas no Amazonas aumentou 25,2% entre os anos de 2007 e 2010. Apesar do crescimento em unidades locais, os setores de serviços e comércio amargam prejuízos no primeiro semestre e preveem novas perdas para os próximos meses. Para o presidente da ACA (Associação Comercial do Amazonas), Gaitano Laertes Pereira Antonaccio, o momento não é de otimismo. Embora o indicador de empresas e unidades locais no estado tenha saltado de 29.088 para 36.422 em quatro anos e já tenha alcançado a marca de 1.059 novas empresas constituídas entre os meses de janeiro e fevereiro deste ano, o representante da ACA adianta que o primeiro trimestre do segundo semestre será crítico. "As mudanças econômicas assumidas no país tendem a deixar o consumidor mais resguardado", aposta.

De acordo com Antonaccio, o número de demissões no Polo Industrial de Manaus ainda não chegou ao fim. Além disso, as consequências da maior cheia do rio Negro só serão sentidas a partir do final de maio. "Como em 2009, enfrentaremos o desabastecimento dos principais gêneros alimentícios produzidos no Estado". Por um lado, produtores no interior do Amazonas sem colheita, do outro, o aumento no preço dos alimentos regionais — como a mandioca, que encareceu a farinha em 14,71% já no mês de abril.

No final de 2011, a estimativa era de que o Brasil avançasse 4,5%. Atualmente, fala-se em 3,2% apenas e, para isso, o assessor de economia da Fecomércio-AM, José Fernando Pereira da Silva, prevê o alto investimento do comércio em promoções para as próximas datas comemorativas, somente a partir de junho.

A tendência histórica é que o faturamento do segundo semestre sempre seja superior ao primeiro. "E as campanhas temáticas, aliadas ao calendário nacional, contribuem para o crescimento dos números", diz o especialista.

A menos de um mês do Dia dos Namorados, as principais entidades de classe já começam a se movimentar. "São pelo menos quatro oportunidades distintas que o comércio tem para aquecer as vendas", cita, ainda, Dia dos Pais, Dia das Crianças

e festas de fim de ano.

Segundo os resultados divulgados nesta quarta-feira (16) pelas Estatísticas do Cadastro central de Empresas 2010 do IBGE, as atividades econômicas estão cada vez mais diversificadas. Apesar das transformações, o comércio e outras atividades de serviço respondem por 59% das empresas instaladas no Amazonas. "Isso traduz o crescimento do estado. Quanto mais o estado cresce, mais o terceiro setor se estabiliza", explica o presidente da Fecomércio-AM, José Roberto Tadros.

As taxas de câmbio e os juros bancários

Para o representante da ACA, Gaitano Antonaccio, a queda nos juros cobrados pelos bancos não representa diretamente um aquecimento na economia. De acordo com ele, ao modo que a alíquota desse, as exigências e obstáculos impostos pelas agências bancárias sobre. "É um falso incentivo que pode reair o comércio", diz.

Por outro lado, o especialista da Fecomércio vê com otimismo para a flutuação do dólar. O aumento no valor do câmbio reflete na melhora para o mercado de exportação, gerando lucro para o mercado interno. "O

produtor que comprou sementes quando o dólar estava mais barato, vai conseguir vender a colheita mais cara", exemplifica. "O empresário bem informado tem capacidade de tirar proveito com a desvalorização do real", destaca.



Pessoal ocupado cresceu 6,5%

O total de pessoal ocupado no país aumentou 6,5% entre 2009 e 2010. Segundo o Cadastro Central de Empresas, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais 3 milhões de pessoas passaram a trabalhar em 2010, aumentando para 49,73 milhões a força de trabalho das empresas e outras organizações brasileiras.

O número de pessoal assalariado ampliou 6,9% - 2,8 milhões de empregados, em números absolutos. As empresas de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas responderam por 22,1% do total do pessoal ocupado e por 18,7% dos assalariados, em 2010.

As indústrias de transformação foram o segundo principal empregador do país naquele ano, respondendo por 17,4% do pessoal

ocupado e por 18,6% dos assalariados.

Sob a ótica do porte das empresas, as grandes empresas concentravam 35,6% do pessoal ocupado e 42,9% dos assalariados, enquanto as micro respondiam por 26,5% e 14,6%, respectivamente.

A pesquisa do IBGE mostra que o número de empresas e outras organizações cresceu menos que o de

O número de pessoal assalariado ampliou 6,9% - totalizando 2,8 milhões de empregados em números absolutos

empregados, entre 2009 e 2010. O crescimento foi de 5,8%, ou seja 280,7 mil a mais, totalizando, em 2010, 5,13 milhões de empresas, órgãos de administração pública e entidades sem fins lucrativos. As microempresas respondem por 4,1 milhões, ou 88,5% desse total.

A produção de componentes no PIM



A • R • T • I • G • O

* JOSE LAREDO

A produção de componentes no PIM está bastante avançada, com várias fábricas conseguindo atender a demanda local dos fabricantes de bens finais, mas o maior problema é a produção dos componentes eletroeletrônicos que integram a composição dos processos produtivos na fabricação desses componentes finais.

O PIM não produz sua própria tecnologia e, por isso,

tanto os componentistas como os fabricantes de bens finais precisam se abastecer de insumos do exterior, transformando as duas fases industriais - componentes e bens finais - em dependentes de outros centros mais evoluídos.

Em 1991, com a transição da exigência de Índice de Nacionalização (IN) para a aplicação dos Processos Produtivos Básicos (PPBs) - operações in-

dustriais obrigatórias -, houve um alargamento da liberdade dos fabricantes de bens finais, uma vez que ficaram desobrigados de nacionalizar a qualquer custo, podendo comprar os insumos onde se produz melhor e mais barato.

Com isso, institucionali-

**Apartir dos anos
2000, a ideia de
se ter aqui um
parque fabril
componentista
tomou força**

zou-se a dependência dos insumos importados porque na época, o mais importante era baixar o preço do produto acabado e aumentar sua qualidade, tanto de uso como de aplicações

mais sofisticadas. Isto acabou acontecendo com os aparelhos eletroeletrônicos de modo geral como tv, aparelhos de som, dvd, etc.

A partir dos anos 2000, a ideia de se ter aqui um parque fabril componentista tomou força, por isso tem-se que as indústrias que formam esse segmento ainda estão muitos anos atrás do know-how e da experiência dos fabricantes de bens finais.

As flexibilizações existentes em alguns PPBs referentes à permissão para importar alguns itens que formam sua regulamentação, em geral, estão condicionadas a um período limitado de tempo e, se forem analisadas com mais acuidade, pode-se constatar que, a partir de um determinado período de gozo, esses privilégios revertam-se a favor da produção local e/ou nacional.

Raramente, as exceções são

permanentes, mas sempre estão em revisão como ora ocorre com o setor de duas rodas, onde todos os fabricantes, tanto os que se utilizam de componentistas locais, como os que se aproveitam das regras legais de importação de insumos contidos em seu PPB, acabaram de entrar em acordo para a admissão de alterações que visem ajustar as demandas de cada lado, sob a coordenação da Suframa que tem feito um bom trabalho nesse particular.

Assim, não é possível forçar muito a entrada de mais fábricas componentistas que não detenham tecnologia passível de aprovação por parte da engenharia superior dos fabricantes de bens finais, sendo estes os maiores responsáveis

por essa absorção sempre pressionados pelas exigências internacionais de qualidade e eficiência decorrentes de sua atuação mundial e pela relação de seus produtos com o mercado global.

Ademais, deve-se procurar desonerar mais os fabricantes locais de insumos, tanto por causa de sua posição estratégica atratora de novos negócios para o modelo, como por sua maior vulnerabilidade gerencial diante do maior poder de fogo dos fabricantes de bens finais que, sobre os componentistas, exercem um poder de pressão mais acentuado, no que se refere ao esmagamento de custos, especialmente quando das ocorrências de crises que afetam suas vendas.

* é economista, consultor industrial e professor titular da Utam. laredo@controleconsult.com

CAPA

ZONA FRANCA

Faturamento negativo no 1º trimestre

Suframa coordena ajuda

Superintendente promove ação social com empresários do PIM em prol dos desabrigados da cheia

A Suframa organiza hoje uma reunião com os representantes das principais empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) para capitanear ajuda às famílias atingidas pela cheia histórica dos rios amazônicos que já atinge 49 municípios amazonenses.

A informação é do superintendente da autarquia, Thomaz Nogueira, e foi feita ontem, durante visita à presidência da Rede Calderaro de Comunicações (RCC). Nogueira foi recebido pela vice-presidente da Rede, Tereza Cristina, e pelo diretor de planejamento da RCC, Dissica Tomaz Calderaro.

Segundo Thomaz, a primeira empresa a se mobilizar foi a Moto Honda da Amazônia, a maior do parque industrial com 12 mil funcionários. "Precisamos ter sensibilidade para essa situação. Falei na reunião do CAS na semana passada que os trabalhadores têm uma preocupação com a sua situação e das suas famílias, muitas que vivem no interior. É uma preocupação utili-



Vice-presidente da RCC, Cristina Calderaro, e superintendente Thomaz Nogueira

tarista. As empresas precisam fazer alguma coisa e dar tranquilidade aos seus trabalhadores. Por outro lado, tem a responsabilidade social que muitas já demonstraram. Umas já iniciaram. Por isso a Suframa vai fazer uma reunião, no senti-

do de coordenar uma ação para minorizar a situação dessas pessoas. Temos que conversar quais os recursos são mais necessários. Estamos trabalhando junto com o Governo do Estado e Defesa Civil sobre o que é necessário", explicou.

INDICADORES INDUSTRIAIS

Em relação à queda em 11 das 21 atividades industriais do Polo Industrial de Manaus, o superintendente da Suframa avaliou que este é um impacto de curto prazo, uma vez que a alta do dólar comercial, cotado hoje a R\$ 2, tende a reduzir às exportações e dar espaço ao produto nacional, além da barreira já sentida pela redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos importados através da votação da Resolução 13. "Temos o problema no Polo de Duas Rodas como um problema de mercado, acesso ao crédito. Isso é conjuntural, não é estrutural da Zona Franca", pontuou.

Thomaz também comentou que a Suframa fará parte no dia 28 deste mês de um missão econômica ao Japão e no dia 1º de junho à Coreia do Sul, promovida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) para prospectar negócios ao Polo industrial.

Impasse

Critério de rateio do FPE até dezembro

BRASÍLIA (FOLHAPRESS) - Até o fim deste ano, os governadores terão de se entender sobre como dividir o Fundo de Participação dos Estados (FPE), uma bolada de R\$ 4,8 bilhões formada com parte das receitas do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. Em 2010, o Supremo Tribunal Federal (STF) condenou os critérios de rateio e deu prazo até dezembro de 2012 para o Congresso aprovar uma nova fórmula.

Acredita-se no governo que essa discussão poderá impulsionar a reforma tributária, pois na prática ambas tratam do mesmo problema: quanto dinheiro vai para qual Estado e quem ganha e quem perde com a mudança. Essa discussão interminável inviabilizou todas as propostas de reforma tributária, mas agora será preciso decidir pelo menos o que fazer em relação ao FPE.

Os secretários estaduais de Fazenda, que integram o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) tentam formatar uma proposta que contemple ao mesmo tempo o FPE, a reforma tributária e o fim da guerra fiscal. São assuntos profundamente relacionados entre si, assim como a divisão dos royalties do petróleo, tema polêmico que rendeu uma vaia dos prefeitos à presidente Dilma Rousseff.

O coordenador do Confaz, Cláudio Trinchão, considera essa uma oportunidade histórica para destravar todas essas questões. Ele tem conduzido uma série de reuniões com seus colegas em busca de uma proposta.

ZFM: 1º trimestre negativo

Nesse período, dos 21 subsetores do Polo Industrial de Manaus, 11 apresentaram queda de até 61% no faturamento

CIMONE BARROS

cmbaros@critica.com.br

Os principais indicadores do Polo Industrial de Manaus (PIM) ficaram negativos no primeiro trimestre deste ano ante igual período de 2011. O faturamento atingiu US\$ 9,082 bilhões, um recuo de 3,41% frente aos US\$ 9,403 bilhões do ano passado, recorde do faturamento do parque industrial. Também seguiram em queda a aquisição de insumos (-4,30%), a importação de insumos (-1,01%) e as exportações (-10,53%).

Entre os produtos com maior retração de produção no PIM estão os condicionadores de ar split (-56,22%), condicionador de ar de janela (-61,03%) compact disc inclusive CD-rom (-59,77%), câmera fotográfica (-12,08%) e motocicletas (-4,04%). Os dados são dos indicadores de desempenho da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) divulgados ontem. Empresários, consultores e o superintendente da autarquia, Thomaz Nogueira, têm avaliações divergentes e contraditórias sobre os dados.

A Suframa opta por ver o trimestre como o "segundo melhor da história do PIM" e dá preferência aos indicadores em real, quando historicamente são avaliados em dólar. Linha semelhante segue o presidente da Federação da Indústria do Amazonas (Fieam), Antônio Silva, para quem os números "não são tão assustadores". Já o economista Martinho Azevedo e o presiden-

FATURAMENTO DO PIM - JANEIRO A MARÇO DE 2012			
SUBSETOR	PARTICIPAÇÃO DO SUBSETOR NO FATURAMENTO DO PIM	FATURAMENTO DO SETOR - US\$	VARIÇÃO / COMPARADO COM PRIMEIRO TRIM. DE 2011
ELETROELETRÔNICO	33,28%	3.022.526.840	2,44%
DUAS RODAS	23,49%	2.133.226.715	0,37%
QUÍMICO	12,59%	1.143.760.485	-2,14%
BENS DE INFORMÁTICA	9,95%	894.633.139	1,22%
METALÚRGICO	5,24%	475.608.830	-33,86%
TERMOPLÁSTICOS	4,96%	450.473.183	-10,00%
DIVERSOS	10,60%	46.994.520	-11,64%
TOTAL	100%	9.082.995.517	-3,41%

FONTE: INDICADORES DE DESEMPENHO DO PIM

te do Centro da Indústria do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, voem com preocupação.

"Se o faturamento do trimestre foi analisado em real ele representa o melhor resultado do PIM, com R\$ 16,066 bilhões, o que significa aumento de 2,51% em relação ao resultado contabilizado no primeiro trimestre de 2011", disse Nogueira, em nota da Suframa. "Esses dados são muito preocupantes. Insumos so-

frido muito com a concorrência com os importados e isso foi motivo de muita movimentação na Resolução 72 (Guerra dos Portos) para assegurarmos a produção em Manaus do ar condicionado, celular e motocicletas", destacou por outro lado Périco.

A política cambial, a retração no crédito e a crise na Europa e Estados Unidos também são apontadas entre os motivos para esse desempenho do PIM. Se-

gundo Azevedo, um dos problemas que mais afetam a indústria, principalmente de bens de consumo durável, é a restrição do crédito. "Não adianta falar em redução de taxa de juros se não tem crédito disponível. As medidas da presidente ainda não surtiram efeito".

Para Wilson Périco, o ano será difícil para a indústria e para ter crescimento os próximos meses precisam ser "muitos

Blog

“ Martinho Azevedo

CONSULTOR
ECONÔMICO

“A produção industrial está caindo e o

consumidor brasileiro está muito endividado. Então não esperamos espetáculo de crescimento da economia brasileira de 4%, 5% como o governo anunciou; o ambiente não permite. O mesmo vale para o PIM, pois está muito relacionado a economia nacional. Acredito que temos espaço para crescer, em função principalmente da continuidade dos programas sociais e da política salarial que têm permitido aumento da renda e do consumo. Mas se o Brasil quiser acelerar tem de adotar políticas estruturais melhores e mais harmônicas. Não adianta medidas isoladas, pois, muitas vezes, não têm o efeito desejado.

melhores". É necessário ainda que o governo adote medidas para manter os investimentos e empregos. "Dificilmente teremos um resultado de crescimento ou similar ao de 2011. Mas temos de aguardar", disse Périco. "A base de 2011 foi muito boa e podemos soltar foguetes. Se empatarmos este ano já é lucro, mas acredito numa reversão desse cenário e em crescimento de 2%", disse Silva.

Empregos sentem o impacto

Em março deste ano, o PIM registrou 117.516 mil empregos (efetivos, temporários e terceirizados), que representam uma alta de 2,48% em relação a março de 2011 (114.670) e queda de 2,14% comparado a janeiro de 2012. Em relação a fevereiro a redução é de 0,73%, motivada pela retração de vagas nas fábricas de motocicletas e condicionadores de ar splits, segundo a Suframa. "Esses segmentos tiveram problemas pontuais, como a invasão dos splits importados e a falta de crédito para compra parcelada das motocicletas, que precisam e começam a ser resolvidos", disse Nogueira, em nota.

Dos 21 subsetores produtivos apontados nos indicadores do trimestre, 11 apresentam queda no faturamento. Entre eles estão o têxtil (-40,31%), mecânico (-20,74%), mineral não-metálico (-16,53%) e produtos alimentícios (-11,93%). Dos dez que tiveram alta, destaque para eletroeletrônicos, incluindo bens de informática (3,66%), duas rodas (0,37%) e papel e papelão (8,22%).

IBGE

Número de empresas cresce 25%, de 2007 a 2010

Embora seja a 13ª economia do País, o Estado do Amazonas figura como 21º no ranking nacional de empresas e unidades locais em 2010. Os dados fazem parte do Cadastro Central de Empresas (Cempre), divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De 2007 para 2010, o número de empresas e outras organizações saltou de 25.944 para 32.554, um aumento de 25,4%. Já as unidades locais no Amazonas passaram de 29.088 para 36.422, o que significa um acréscimo de 7.334 unidades ou 25,2% em quatro anos.

O chefe da Seção de Disseminação de Informações, Adjalma Jaques, explica que empresa é a matriz detentora do Cadastro nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e unidades locais são as filiais.

As estatísticas que medem a evolução no número de empresas, atividades econômicas, empregos e salários pagos integram o banco de dados do IBGE, da Receita Federal e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Redução de alíquota

Seplan fiscalizará dispositivo da lei

Produtos da ZFM mais baratos no comércio local

A destinação de parcela da produção das indústrias incentivadas do PIM para o mercado local com alíquota reduzida de 7%, que deve contribuir para a redução do preço final aos consumidores amazônense, passará por um programa de acompanhamento da Secretaria de Planejamento do Amazonas (Seplan), segundo anúncio feito ontem pelo titular da pasta, Aírton Claudino, na reunião da Câmara Setorial de Comércio.

A venda para o comércio local de produtos fabricados no PIM com alíquota reduzida está previsto no artigo 19, inciso VI da Lei 2826/03. O objetivo é assegurar aos consumidores locais preços diferenciados em relação aos demais centros comerciais do País. Na prática, essa redução de preços não vem sendo observada, de acordo com reclamação dos lojistas de Manaus.

O levantamento que será feito pela equipe técnica da Seplan abrangirá o fluxo de produtos in-

centivados pelo governo e vendidos para o comércio local, o cumprimento da alíquota interna reduzida sobre as operações de saída de produtos incentivados para as empresas locais. O estudo vai acompanhar ainda o cumprimento do repasse da alíquota reduzida de ICMS das empresas sobre as operações de produtos fabricados no DI para os consumidores finais, e a identificação do volume de produtos envolvidos nessas operações de comercialização.

O estudo a ser realizado pela Seplan se dará em duas frentes: no comércio e na indústria por meio de pesquisa pela qual se pretende identificar as empresas beneficiadas com incentivos fiscais que cumprem as exigências da lei, reservando parte da produção para a rede lojistas local. Também será feito acompanhamento da parcela da produção incentivada que é comercializada no mercado local por tipo dos bens.

Até 60 dias para pagar ICMS

Benefício será concedido pelo Governo do Estado aos lojistas de Manaus que amargam prejuízo

RENATA MAGNENTI

renatamagnenti@acritica.com.br

O governador do Amazonas, Omar Aziz, anunciou, ontem, em almoço com os lojistas, que comerciantes da capital afetados pela cheia do rio Negro terão até 60 dias para pagar o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviço (ICMS). O benefício foi concedido recentemente aos comerciantes do interior. Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) irão cadastrar os lojistas de Manaus a partir da próxima semana.

O almoço reuniu comerciantes e representantes da indústria, na nova instalação da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL-Manaus), na Zona Centro-Sul. O presidente da CDLM, Ralph Assayag, aproveitou

para dizer que as vendas do comércio no período do Dia das Mães cresceu 4,1% em relação ao mesmo período em 2011.

"Tenho acompanhando a situação dos lojistas da região da Manaus Moderna e vamos estender a eles também o benefício de prorrogar o prazo para recolhermos o ICMS dos afetados pela cheia", disse Omar Aziz, acrescentando que não é possível isentar os lojistas, mas que a Sefaz fará de tudo para auxiliá-los nesse momento difícil por que passam em função da cheia.

De acordo com a CDLM, 140 lojistas instalados na Manaus Moderna foram afetados pela cheia e 40 fecharam as portas. Na tarde de ontem, o secretário executivo do Fisco estadual, Juarez Tridapalli, disse que hoje

o governador assina o decreto referente à prorrogação do pagamento do ICMS e que a partir da próxima semana, fiscais da Sefaz, irão visitar os lojistas na

Manaus Moderna para catalogá-los.

De acordo com a Sefaz, o imposto que seria recolhido referente aos meses de maio e junho, poderão ser pagados em agosto, sem correção, juros e multa.

POLO DUAS RODAS

O governador se mostrou preocupado também com o Polo de Duas Rodas. "Estamos com dezenas de motos estocadas por que os bancos não aprovam financiamento. Isso pode quebrar as pequenas fábricas. Não adianta o governo reduzir juros se os bancos não financiarem".

Mesmo os bancos tendo autonomia própria, Omar, disse que pedirá ao Governo Federal que estas instituições voltem a aprovar financiamento.

Júlio Ventilari

AGENDA

No seminário “Zona Franca de Manaus: Créditos Fiscais”, o ministro Mauro Marques será um dos conferencistas, amanhã, no auditório do Senai. Falará sobre a jurisprudência do STJ sobre a ZFM no evento da Fieam.

Lei de Acesso

'Gestores não estão preparados'

MOARA CABRAL
Equipe EM TEMPO

No primeiro dia de funcionamento da Lei Federal de Acesso à Informação (LAI), os órgãos públicos em Manaus demonstraram que já estão trabalhando para que a lei seja cumprida. O procurador-geral do Ministério Público de Contas (MPC), Carlos Alberto de Almeida, esteve na Assembleia Legislativa do Estado (Alem), ontem, para explicar que os órgãos tiveram 180 dias (seis meses) para se organizar e se adequar à lei.

Apesar disso, o procurador afirmou que poucos estão preparados, principalmente gestores. Segundo ele, por falta de interesse ou de informação.

A Assembleia, segundo o presidente Ricardo Nicolau (PSD), está em fase de conclusão da controladoria da casa, que vai ser responsável pelo fornecimento dos dados públicos, e de gerenciar e realizar auditoria para os processos internos do legislativo. Nicolau garantiu que a Alem está preparada para fazer valer a lei.

O presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), desem-

bargador João Simões, assegurou que o tribunal já vem disponibilizando essas informações em seu site, que também já tem uma Controladoria da instituição como ponto de acesso aos usuários que queiram acessar dados do órgão.

Por meio da assessoria de comunicação do Ministério Público do Estado (MPE), o procurador-geral de Justiça, Francisco Cruz, disse que a instituição vem desenvolvendo este trabalho desde 2008 e que, na sede do MPE, está disponível a Central de Atendimento ao Público (CAP) para receber todos os pedidos de

informação decorrentes de casos que estão sob investigação do órgão.

Os pedidos de informação podem ser feitos diretamente no CAP, localizado no térreo da sede da Procuradoria-Geral de Justiça, e também por meio do telefone 0800-092-0500.

Fiscalização

As controladorias gerais do Estado e da União, bem como os ministérios públicos, assim como a própria sociedade e o parlamentar serão os fiscalizadores da aplicação da lei.

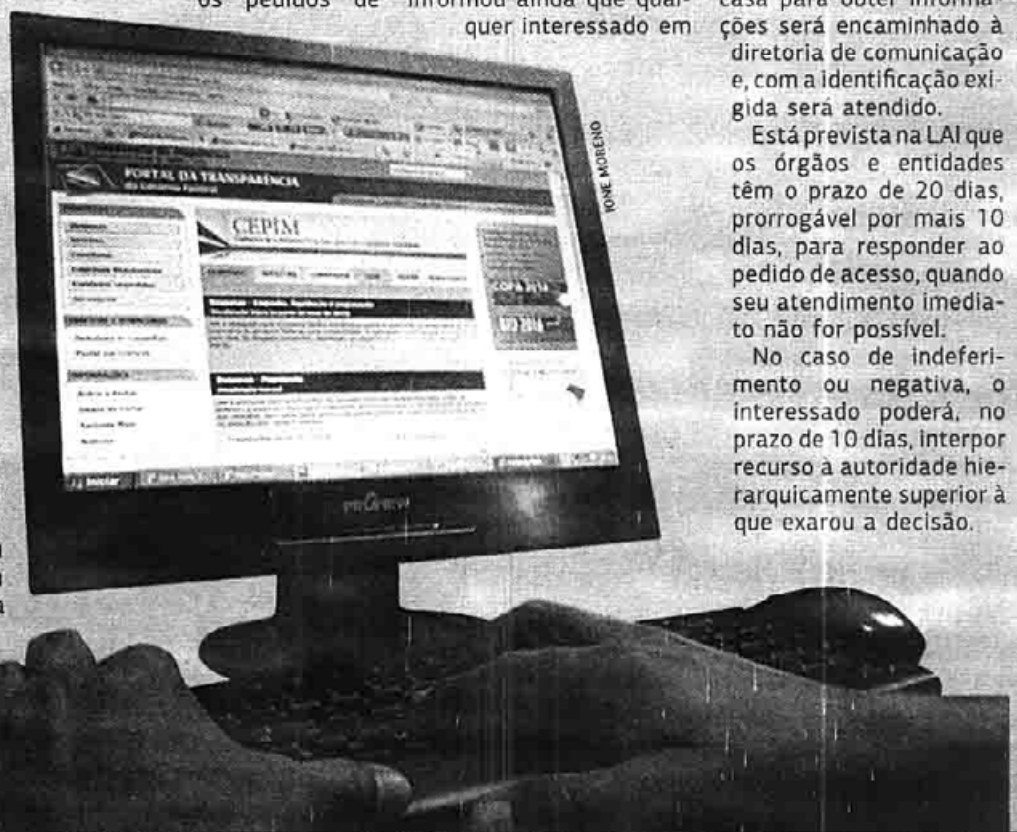
A afirmação é do procurador Carlos Alberto, que informou ainda que qualquer interessado em

obter informações públicas que não seja atendido, deve procurar primeiro a direção do órgão e caso não resolva, que procure a Controladoria-Geral do Estado (CGE), em se tratando de informações estaduais ou a Controladoria-Geral da União (CGU), em informações federais e, "se mesmo assim nada for resolvido pode procurar os ministérios", disse o procurador.

Na Câmara Municipal de Manaus (CMM), a lei ainda está em fase de ajustes. Segundo o presidente da casa, Isaac Tayah (PSD), o cidadão que procurar a casa para obter informações será encaminhado à diretoria de comunicação e, com a identificação exigida será atendido.

Está prevista na LAI que os órgãos e entidades têm o prazo de 20 dias, prorrogável por mais 10 dias, para responder ao pedido de acesso, quando seu atendimento imediato não for possível.

No caso de indeferimento ou negativa, o interessado poderá, no prazo de 10 dias, interpor recurso à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão.



PIM volta a fabricar produtos Gradiente

RICHARD RODRIGUES
Equipe EM TEMPO

Após um hiato de quase cinco anos, produtos Gradiente voltam às linhas de produção do Polo Industrial de Manaus (PIM) até o final deste mês. A empreitada será iniciada com a fabricação de dois modelos de blu-ray nos próximos dias e, posteriormente, monitores de TVs e home theaters, segundo a Companhia Brasileira de Tecnologia Digital (CBTD), responsável pela fabricação dos itens da marca.

De acordo com o presidente da CBTD, Fabio Vianna, as atividades da fabricante de eletroeletrônicos serão realizadas por uma empresa terceirizada — cujo nome não foi revelado, uma vez que a companhia tem como principal objetivo consolidar a marca Gradiente no mercado para alcançar "voos mais altos". "Importamos um lote de blu-rays que foi todo comercializado para os revendedores. Ainda neste mês, iniciaremos a produção do eletroeletrônico no PIM", assegurou.

Sobre os blu-ray "made in PIM", o presidente informou que os dois modelos Gradiente, a serem fabricados na capital amazonense, também funcionarão como DVD player e estarão disponíveis nas versões Full HD 2D e Full HD 3D. "Só estamos no aguardo das peças importadas da Ásia, para dar início à fabricação dos equipamentos em Manaus", frisou o executivo, ao pontuar que os eletroeletrônicos terão preços de R\$ 399 (Full HD 2D) e R\$ 499 (Full HD 3D).

Demais produtos

Quanto aos monitores de

TV e home theaters, Fabio Vianna assegurou que a fabricação dos produtos também terá início ainda neste ano. "Todos os itens da linha de áudio e vídeo serão produzidos no polo de Manaus. A expectativa é de que ao todo estejam disponíveis no mercado dez produtos da marca, entre TVs, blu-rays e home theaters, até o final deste ano", projetou o presidente da CBTD.

'DE FORA'

Embora com projetos industriais aprovados para fabricação no polo de Manaus, a CBTD optou pela produção de tablets e telefones celulares no Estado de São Paulo, inicialmente

Assim como o blu-ray, a produção dos demais itens também serão realizadas em empresas terceirizadas pela CBTD. "Inicialmente, toda essa produção será terceirizada, mas não descartamos a instalação de uma fábrica própria no PIM futuramente", observou.

Perda de produção

A CBTD fabricará tablets e telefones celulares, porém fora do parque fabril de Manaus. A companhia, que teve projetos dos dois eletroeletrônicos aprovados pelo Conselho de Administração da Suframa (CAS) e Conselho de Desenvolvimento do Amazonas (Codam) ainda no ano passado, optou em industrializar os itens em São Paulo.



Crise e reestruturação

2007 - Em crise econômica, a Gradiente interrompe a produção de sua unidade em Manaus.

2007 - Gradiente comunica a alienação da marca Philco para a Britânia Eletrodomésticos Ltda.

2008 - Fundador Eugênio Staub retorna à presidência da Gradiente para conduzir processo de recuperação da companhia.

2008 - Plano de estruturação extrajudicial da

Gradiente é lançado

2009 - Gradiente escapa de ter a marca leiloada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

2010 - Plano de recuperação extrajudicial é homologado pela Justiça de São Paulo.

2010 - Empresa promove campanha de marca para anunciar plano de retorno.

2011 - Gradiente anun-

cia oficialmente retorno ao mercado.

2011 - A reinserção da Gradiente no mercado é implementada pela Companhia Brasileira de Tecnologia Digital (CBTD). Projeto industrial foi aprovado pelo Conselho de Administração da Suframa (CAS).

2011 - A reinserção da Gradiente no mercado é implementada pela CBTD. Projeto industrial foi aprovado pelo Conselho de Administração da Suframa (CAS).

Recursos de novos acionistas

A retomada das atividades da empresa é resultado de um plano de recuperação extrajudicial, iniciado em 2008, e conta recursos de novos acionistas. Anopassado, a Gradiente adotou nova razão social, IGB eletrônica SA, e criou a empresa subsidiária CBTD, que utilizará R\$ 68 milhões investidos pelo Fundo de Investimento em Participações (FIP). Cada cotista entrou com R\$ 17 milhões.

O FIP detém 60% das ações e é formado por quatro cotistas com participações de 25%: Agência de Fomento do Estado do Amazonas (Afeam), Jabil, Petros e Funcef. Os outros 40% são da HAG SA, que tem a mesma participação da IGB.

Faturamento do polo recua 3,4%

No primeiro trimestre deste ano, o Polo Industrial de Manaus (PIM) registrou faturamento de US\$ 9 bilhões. O resultado é 3,4% inferior ao registrado entre janeiro e março de 2011, quando a receita registrada pelas empresas do parque fabril somou US\$ 9,4 bilhões, segundo dados divulgados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Embora dados apontem recuo, o superintendente da

Suframa, Thomaz Nogueira, garante que houve avanço nos resultados registrados no parque fabril. "Se o faturamento do trimestre for analisado em real ele representa o melhor resultado do PIM em moeda nacional com R\$ 16,066 bilhões, o que significa aumento de 2,51% em relação ao resultado contabilizado no primeiro trimestre de 2011 quando o polo acumulou R\$ 15,673 bilhões", explicou o superintendente.

De acordo com informações da autarquia, as fabricantes de eletroeletrônicos foram as que mais contribuíram para o faturamento do PIM e responderam por 43,1% do montante registrado. Em seguida veio o polo de duas rodas, que "abocanhou" 23,4% do resultado obtido. Dos 21 subsetores produtivos que compõem o levantamento realizado pela autarquia até março, dez apresentaram alta de faturamento:

eletroeletrônicos - incluindo bens de informática (3,66%); duas rodas (0,37%); papel e papelão (8,22%); vestuário e calçados (74,95%); editorial e gráfico (22,96%); mobiliário (9,12%); beneficiamento de borracha (15,16%), ótico (0,44%), isqueiros, canetas e barbeadores descartáveis; e o setor naval (0,17%).

Com relação à geração de empregos, o primeiro trimestre do ano registrou 117.516 pessoas.

Créditos fiscais em discussão

A Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) e Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) promovem, amanhã, o seminário "Zona Franca de Manaus: Créditos Fiscais". A programação será realizada das 8h30 às 17h30, no auditório Arivaldo Silveira Fontes, do Senai, localizado na avenida Rodrigo Otávio 2.394, Distrito Industrial.

Ministro, procurador, conselheiros fiscais, entre outros especialistas nacionais de tributação serão os palestrantes do seminário que reunirá industriários e profissionais com interesse no aprofundamento das questões tributárias aplicadas às empresas que estão sob o Modelo Zona Franca de Manaus (ZFM).

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Mauro Luiz Campbell, será um dos palestrantes e falará sobre a jurisprudência do STJ sobre a ZFM, apresentando aos participantes sua própria experiência jurídica na área ao longo de sua carreira como assessor jurídico, promotor, secretário de Estado de Segurança Pública, Justiça e Cidadania, professor e ministro.

Comércio vai ter prazo maior para pagar ICMS

Prejudicados pela cheia, lojistas têm a garantia do governador Omar Aziz de uma prorrogação na cobrança do imposto

LUANA GOMES
Especial EM TEMPO

Com a estimativa de queda de, aproximadamente, 50% nas vendas dos empresários afetados pela cheia, conforme a Câmara dos Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL-Manaus), o governo estadual determinou a prorrogação do prazo para pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado aos lojistas.

A decisão é semelhante a que foi decretada no último dia 19, em prol dos municípios em estado de calamidade pública. De acordo com o decreto, ficavam prorrogados por dois meses após a data de vencimento, os prazos para recolhimento do tributo nos municípios.

O secretário de Fazenda do Estado do Amazonas (Sefaz-AM), Isper Abraham, frisou que o recolhimento do tributo, referente aos meses de maio e junho, deve ser cobrado apenas em agosto, nos estabelecimentos prejudicados.

Abraham abordou que a equipe técnica estuda a forma de alterar o sistema, a fim de

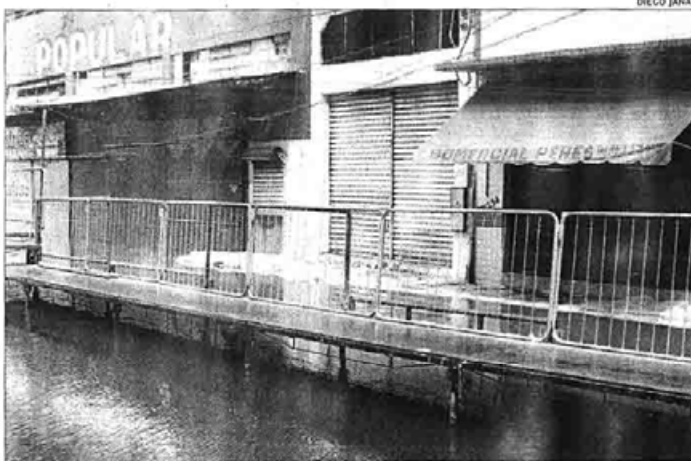
que não sejam cobrados juros, multas e correção monetária para as empresas que devem ser beneficiadas.

O secretário explicou que os representantes do comércio devem enviar, até o final da semana, a lista de lojas prejudicadas com a enchente, com prioridade as das ruas interditadas, como Barão de São Domingos, Barés e avenida Eduardo Ribeiro. "Ainda assim, os técnicos da secretaria devem realizar visitas *in loco* para verificar essas perdas", frisou.

Minimizar perdas

De acordo com o governador Omar Aziz, muitos empresários dependem dos clientes do interior do Estado, que também amargam prejuízos, por isso a necessidade da medida. Conforme balanço da Defesa Civil do Amazonas, até ontem, 49 municípios encontravam-se em situação de emergência e três em estado de calamidade pública.

Segundo o representante do poder executivo, é preferível que o pagamento seja feito daqui a dois ou três meses a essas lojas fecharem as portas.



Com as ruas do Centro tomadas pela água, lojistas chegam a fechar os estabelecimentos

Medida aprovada pelo setor

O presidente da CDL-Manaus, Ralph Assayag, lembrou que em torno de 150 funcionários do setor comercial da cidade foram demitidos, em virtude da cheia. De acordo com o presidente, a

decisão vem a tempo de impedir que esse número sofra uma alta, especialmente quando a cheia, que atingiu seu nível histórico ontem (29,78 m), ameaça 1,2 mil empregos do segmento.

Além da prorrogação do ICMS, os lojistas também vão ter uma linha emergencial de crédito ofertada pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

Vendas ficam aquém do esperado

Embora sob a pretensão de alcançar uma alta de 5% no Dia das Mães este ano, em relação ao mesmo período anterior, as vendas do varejo local representaram um crescimento de 4,1%, segundo o presidente da CDL-Manaus, Ralph Assayag.

O dirigente pontuou que, mesmo não atingindo a perspectiva desejada, o saldo ainda é considerado positivo, especialmente com os obstáculos do mês de maio, como a cheia e os problemas na liberação das mercadorias importadas, impulsionados pela greve branca dos auditores fiscais e a operação "Maré Vermelha".

Lei de Acesso à informação entra em vigor e instituições tentam se adequar

TEXTO Martha Bernardo

FOTO Sandro Pereira

MANAUS

Entre os principais órgãos estaduais e municipais do Amazonas, a Câmara Municipal de Manaus (CMM) foi uma das poucas instituições públicas a não apresentar nenhuma medida para o cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527), que entrou em vigor ontem. A lei obriga órgãos públicos e entidades que recebem recursos do governo a prestar informações sobre qualquer dado solicitado pelos cidadãos, em até 30 dias, além de manter um site na internet com informações sobre despesas, receitas, pessoal e outros. Até o fechamento desta edição, nenhum dos órgãos consultados atendia a lei, o que determina a lei.

De acordo com a nova legislação, o gestor ou servidor público que se negar ou dificultar a prestação das informações, pode ser processado por improbidade administrativa e as entidades advertidas, multadas ou ter contratos com a administração pública suspensos.

O presidente da CMM, vereador Isaac Tayah (PSD), afirmou que a Diretoria de Comunicação está providenciando um novo site que atenda às determinações e que qualquer solicitação poderá ser feita na sede do órgão, também no setor de Comunicação. Desde que assumiu a presidência da Câmara, em 2011, Tayah promete um novo site, que até agora não saiu do papel.

Entre as instituições que começam a atender às determinações da Lei, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) já disponibiliza algumas informações como quantidade, nome e cargo que ocupam servidores do órgão, consulta processual e produtividade de conselheiros. O cidadão também poderá solicitar outras informações por meio de um link no próprio site e na sede do TCE, na Ouvidoria, onde funciona provisoriamente o setor de consulta.

FRASE



Carlos Alberto Almeida.

Procurador-geral do MPC

A lei é autoaplicável e seu cumprimento independe de regulamentação"

Sobre a nova legislação.

Na Assembleia Legislativa do Estado (ALE) quem desejar ter informações poderá encaminhar os pedidos à Diretoria Geral da Casa. Segundo o presidente Ricardo Nicolau, será instalada uma controladoria que ficará responsável por esse trabalho. O site da ALE também já apresenta alguns dados sobre balance-

tes, despesas, receitas e os interessados poderão fazer pedidos pelo link 'Fale Conosco'.

O Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) também já disponibiliza em seu endereço eletrônico informações sobre servidores e seus vencimentos, despesas, licitações. O presidente do tribunal, desembargador João Simões, afirmou que as solicitações poderão ser feitas também na Ouvidoria do órgão, no Fórum Henoch Reis.

No Tribunal Regional Eleitoral (TRE), de acordo com a assessoria do órgão, até a próxima semana, deve entrar em funcionamento o novo portal, que estará diretamente ligado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A assessoria informou que as solicitações também poderão ser feitas à Ouvidoria, na sede do tribunal e pelo telefone 3611-4566, além de já estar em processo de instalação um call center.

O Ministério Público do Estado (MP-AM) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) também já possuem uma página na internet com algumas informações. Aqueles que desejarem tam-

bém poderão se dirigir às sedes dos órgãos. Todos os responsáveis pelas instituições foram unânimes em dizer que os endereços eletrônicos ainda passarão por adequações.

A Prefeitura de Manaus lançou um novo portal da transparência. De acordo com a Secretaria Municipal de Comunicação (Semcom), os atendimentos ao público serão de responsabilidade de cada secretaria. O governo do Estado, em nota, disse que está cumprindo a legislação, mas não informou como é que orientou todas as secretarias e autarquias a atender às solicitações de informação e que está estudando a regulamentação da lei.

O procurador-geral do Ministério Público de Contas (MPC), Carlos Alberto Almeida, disse que os órgãos estão demonstrando interesse em cumprir a lei, mesmo que as medidas adotadas ainda não sejam as ideais. Ele afirmou que o cumprimento da norma independe de regulamentação. "A lei é autoaplicável. Independente de regulamentação, mas o que existe é uma cultura do segredo".

DESCUMPRIMENTO

Despreparo também na esfera federal

Instituições federais também passaram o primeiro dia de vigência da Lei de Acesso a Informação sem atender a 100% do que determina a legislação. No Superior Tribunal de Justiça (STJ), por exemplo, a sala onde vai funcionar o Serviço de Informação ao Cidadão não está pronta. De acordo com a assessoria do tribunal, a demora na licitação para reforma do espaço, atrasou o início do serviço.

De acordo com levantamento feito na semana passada pelo jornal Folha de S. Paulo, de 52 órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário, bancos e empresas públicas, apenas 12 declararam que seus Sistemas de Informação ao Cidadão (SICs) estavam abertos e em funcionamento. Dos 38 ministérios existentes, até a última sexta-feira, apenas 24 haviam conseguido implantar os seus portais de informação.

A Lei de Acesso à Informação foi sancionada pela presidente da República, Dilma Rousseff, em novembro do ano passado, e órgãos municipais, estaduais e federais, tiveram seis meses para se adaptar à legislação.

No endereço eletrônico da lei (www.acessoainformacao.gov.br), sob a responsabilidade da Controladoria Geral da União (CGU), é possível encontrar uma série de informações sobre a legislação, como orientação sobre a solicitação de uma informação e acompanhamento do seu pedido, o que é a lei de Acesso à Informação, quais as restrições existentes, entre outros pontos.

No mesmo site, o cidadão poderá acessar também o sistema informatizado e-SIC, que permitirá ao cidadão, pela internet, protocolar e acompanhar os pedidos e receber as respostas e os alertas sobre os prazos dos recursos dos pedidos indeferidos.

Gradiente retorna ao mercado sem gerar empregos e produção no PIM

TEXTO Henrique Saunier
FOTO Raimundo Valentim

MANAUS

A Companhia Brasileira de Tecnologia Digital (CBTD), atual responsável pela marca Gradiente, anunciou o seu retorno, ontem, com o lançamento de tablets e aparelhos de Blu-ray. Apesar da expectativa da volta da companhia, a empresa não chegou a produzir qualquer item no Polo Industrial de Manaus (PIM) e confirmou que os tablets e smartphones serão manufaturados em São Paulo.

A Gradiente está estudando seu retorno ao mercado desde 2010, após ter pedido falência e fechado a planta local. Arrendada para a CBTD, a marca conseguiu incentivos fiscais do Estado, além de R\$ 17 milhões da Agência de Fomento do Estado do Amazonas (Afeam), que se tornou cotista do fundo de investimentos.

Com a reativação de suas operações, dos seis novos nichos que a empresa pretende focar sua produção, os dois principais, tablets e smartphones, serão feitos em São Paulo. Em Manaus, uma empresa terceirizada contratada pela CBTD vai manufaturar os Blu-rays, monitores, home theaters e acessórios.

O atual presidente da CBTD, Fábio Vianna, explicou

que, em um momento mais oportuno, a empresa vai propor ao conselho montar uma operação em Manaus, mas que no momento, "a empresa está com

o foco grande na rentabilidade, até pagar o arrendamento da marca Gradiente", cujo contrato é de R\$ 389 milhões.

A CBTD não revelou o valor

investido nessa nova etapa.

e-commerce

Nesse primeiro momento, a Gradiente escolheu o e-com-

OS NÚMEROS

60%

das ações da CBTD estão divididas entre a Afeam e outras três empresas: o grupo americano Jabil e os fundos Petros e Funcef. Os 40% restantes estão com a família Staub e acionistas minoritários.

merce como principal meio para escoar sua produção ao consumidor final. Por meio do site oficial da companhia, atualmente o cliente encontra apenas os aparelhos de Blu-ray tradicionais e 3D (R\$ 349,90 e R\$ 499, respectivamente) e um tablet voltado ao público infantil, ao valor de R\$ 999. Segundo Vianna, o lote de Blu-rays colocado no mercado agora não foi produzido em Manaus, mas deverá ser nas próximas semanas. "Terceirizando ou não, a CBTD vai gerar emprego no Estado e é isso que importa no fim das contas", afirmou o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Antônio Silva.

O superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomaz Nogueira, evitou falar sobre o fato da empresa ainda não estar produzindo em Manaus e afirmou que a terceirização de mão de obra não é ilegal.

Gradiente retorna ao mercado sem gerar empregos e produção no PIM (continuação)

Polo Industrial faturou US\$ 9 bilhões no primeiro trimestre e geração de 117,6 mil empregos

O Polo Industrial de Manaus (PIM) registrou no primeiro trimestre do ano um faturamento de US\$ 9,082 bilhões. O resultado apresenta recuo de 3,41% em comparação com o obtido nos três primeiros meses de 2011 que foi de US\$ 9,403 bilhões.

Os números estão nos indicadores de desempenho da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

“Se o faturamento do trimestre for analisado em real ele representa o melhor resultado do PIM em moeda nacional com R\$ 16,066 bilhões, o que

significa aumento de 2,51% em relação ao resultado contabilizado no primeiro trimestre de 2011 quando o Polo acumulou R\$ 15,673 bilhões”, detalhou o superintendente da autarquia, Thomaz Nogueira, explicando que a diferença para o resultado obtido em dólar se deve à varia-

ção cambial.

O subsetor Eletroeletrônico (incluindo bens de informática) é responsável por 43,13% do faturamento total do PIM no trimestre, seguido pelo setor de duas rodas com 23,49%.

Com relação à geração de empregos, o primeiro trimestre

do ano registrou 117,516 pessoas, somando mão de obra efetiva, temporária e terceirizada. O número representa aumento de 2,48% de vagas em relação ao mesmo período de 2011, quando 114.670 estavam empregadas no PIM. Na comparação do número de empregos registrados em março com os de fevereiro (118.385) há uma queda de 0,73%, causada, principalmente, por uma retração de vagas nas fábricas de motocicletas e condicionadores de ar splits.

Comércio terá prazo maior para pagamento do ICMS

Medida foi tomada após prejuízos causados pela cheia do Rio Negro

TEXTO Rosana Villar

FOTO Raimundo Valentim/14/05/12

MANAUS

Como uma das medidas para amenizar os impactos da cheia do Rio Negro sobre as vendas do comércio, o governador do Amazonas, Omar Aziz, anunciou, ontem, a prorrogação do pagamento do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do setor por até 60 dias.

Representantes do comércio se reuniram, ontem, para discutir com o secretário de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz/AM), Ispier Abraham, como será feito o cadastramento e quem terá direito ao benefício.

De acordo com Aziz, a prorrogação do prazo não deve gerar impacto na arrecadação estadual durante o período. "A maior parte da arrecadação de ICMS desse segmento é recolhida na entrada dos produtos. Por isso, o Estado tem condições de dar esta folga para o comerciante poder se recuperar", disse.

Outra medida anunciada foi a liberação de R\$ 350 milhões pelo governo federal para financiamentos junto ao Banco da Amazônia com alíquotas diferenciadas.

Serão duas linhas de crédito: uma direcionada A pequenos produtores rurais e comerciantes do interior, com em-

OS NÚMEROS

130 lojas

do Centro da cidade foram afetadas pela cheia do Rio Negro, a maior da história. Pelo menos 40 lojas fecharam as portas até ontem.

préstimos de até R\$ 12.500, onde 40% do valor será cedido em caráter de subvenção e os outros 60% poderão ser pagos em até dez anos, com juro de 1% ao ano. E outra, direcionada às pe-

quenas indústrias e comércios, sem limite de crédito e com juros de 3,5% ao ano.

O presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Manaus (CDLM), Ralph Assayag, recebeu os anúncios com otimismo. "Com certeza o que foi proposto ajudará e muito o comércio neste momento".

Polo de Duas Rodas

Representantes do comércio e da indústria aproveitaram a reunião para discutir os impactos da retenção de crédito na economia do Estado. Para o presidente do Centro da Indús-

tria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, a alta do dólar deve diminuir a concorrência dos importados, mas a dificuldade na aprovação de crédito tem gerado um forte impacto na cadeia produtiva. "Sem a venda, sofrem as indústrias de bem final e as que fornecem partes e peças para estas motocicletas".

Para o presidente da Federação das Indústrias do Amazonas (Fieam), Antônio Silva, se não houver pressão do governo federal para a facilitação do crédito, toda a economia do Amazonas estará ameaçada.

Amazonas foi apenas o 3º que mais empregou na Região Norte

Atrás do Pará e Rondônia, o Amazonas foi a terceira unidade da federação da Região Norte que mais contribuiu na geração de novas vagas entre 2007 e 2010. De acordo com o Cadastro Central de Empresas (Cempre) 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram geradas 82,6 mil ocupações assalariadas no Estado nesses três anos.

Esse total equivale a uma contribuição de 1,3% em relação ao volume nacional de postos preenchidos nesse período. São Paulo foi o Estado com a maior participação (28,6%) ao abranger 1,8 milhão das novas vagas. O Norte teve a menor representação entre as regiões, 7,1%.

O Amazonas foi responsável por 0,9% do crescimento nacional de unidades locais (endereços de atuação das empresas e outras organizações), de 2007 a 2010. Segundo a pesquisa, foram registradas mais 7.334 ULs no Estado. Eram 29.088 unidades em 2007 contra 36.422 em 2010.

Conforme dados do Cempre, o volume de pessoal ocupado assalariado, no Amazonas, saltou de 485.735 para 568.311 em três anos. Já o pessoal ocupado total passou de 517.305 para 608.465 de 2007 a 2010.

Em nível nacional, o salário médio mensal real passou de R\$ 1.513,12 para R\$ 1.650,30, aumento de 9,1%.